



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

## ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI EM SÃO CARLOS: CARACTERIZAÇÃO DOS ATOS INFRACIONAIS PRATICADOS

Carlos Eduardo Guimarães  
PPGS-UFSCar  
IFSP-SBV  
cguimaraes@cefetsp.br

### Introdução

Questões como violência, criminalidade e desvio estão sempre em pauta nas Ciências Sociais. Dentre as várias vertentes possíveis nessas temáticas, propor-se-á a análise da relacionada ao indivíduo denominado pelas estruturas oficiais como *adolescente em situação de risco pessoal ou social*, a condução dos mesmos pelos organismos oficiais e extra-oficiais e os mecanismos de ressocialização.

Segundo Espíndula (2004) a questão do adolescente em conflito com a lei no Brasil foi regulamentada em 1927 com a promulgação do Código de Menores (CM), que incumbia ao Estado a atenção ao menor que estivesse desassistido pela família no caso de pais ausentes, pela orfandade ou abandono.

A adjetivação dada pela lei aos menores marca a tônica à qual eram tratados pelo Estado, como indivíduos que carregavam consigo a responsabilidade de sua situação e não resultado de relações sociais que muitas vezes independem desses. Alcinhar de *vadio*, de *mendigo* ou *libertino*, não é somente uma simples forma de classificação, mas traduz toda uma imagem – negativa e reprovada socialmente – que se quer passar desses menores e que, dessa maneira, justifica-se a reclusão dos mesmos para proteger os indivíduos com comportamento social não desviante, essa abordagem é a funcionalista.

Durante o Regime Militar é criada a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM) à qual estavam vinculadas as Fundações Estaduais de Bem-Estar do Menor – FEBEMs, reproduzindo o CM. Em 1979 elabora-se um novo CM, porém, com a mesma concepção do anterior.

Contudo, após a Constituição de 1988 ocorre a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de concepção distinta da que estava presente nos dois CM anteriores



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

Alguns projetos alternativos em relação ao atendimento de adolescentes estão em andamento em alguns municípios, e que agem no sentido de adequar-se tanto ao ECA quanto à uma abordagem distinta do atendimento realizado na antiga FEBEM, dentre os quais está São Carlos, cuja ação em relação ao menor, centralizada pelo Núcleo de Atendimento Integrado (NAI) ao qual está vinculado o Centro de Acolhimento para Adolescentes Autores de Ato de Infração.

Compõem o NAI: Vara da Infância e Juventude, Promotoria da Infância e Juventude, a Procuradoria de Assistência Jurídica, a Secretaria Estadual de Segurança Pública, a Fundação CASA, as Secretarias Municipal e Estadual de Educação, a Secretaria Municipal de Saúde, a Secretaria Municipal de Promoção Social, o Conselho Tutelar, Entidades Assistenciais e rede de serviços.

## **Objetivos**

Como objetivos da pesquisa, primeiramente, propôs-se analisar a prática do NAI e compreender se a sua abordagem representa significativa mudança em relação à de instituições que lidam com adolescentes em situação de risco pessoal e social, tal qual a Fundação CASA e em que medida cumpre-se as exigências do ECA. Identificar os tipos de atos infracionais que levam os adolescentes a serem atendidos pelo NAI. Identificar os tipos, bem como frequência absoluta e relativa, dos atos infracionais praticados pelos adolescentes no município de São Carlos e identificar se os resultados local se assemelhavam aos que já foram sistematizados em outras áreas pesquisadas, como São Paulo, Brasília e Ribeirão Preto.

## **Metodologia**

Foi realizada uma revisão bibliográfica enfocando os principais elementos referentes à temática, tais como, sociologia da juventude, juventude, cidadania, exclusão/inclusão social, socialização, violência etc. Foi realizado levantamento de dados (EL-KHATIB,2001) referentes aos adolescentes em situação de risco pessoal e social ocorridos antes do início do funcionamento do NAI, donde se pode verificar os índices, ao longo do tempo, referentes às infrações dos adolescentes atendidos pela Vara da Infância e Juventude nos anos 80 e 90.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

Coletaram-se no NAI os dados históricos de atendimentos desde sua implantação em 2001 donde se pode traçar um paralelo com os dados constantes na bibliografia e pode-se traçar os parâmetros para as entrevistas a serem feitas com adolescentes selecionados podendo-se, dessa forma, identificar e fechar o perfil dos adolescentes em situação de risco pessoal e social atendidos pelo NAI (sexo, idade, grau de instrução, nível sócio-econômico, tipo de socialização familiar e de grupo aos quais está ou esteve submetido, tipo de delito praticado etc.).

### Os atendimentos referentes aos adolescentes

Sobre os jovens da periferia de Brasília, Abramovay (2002) observou que, apesar do contexto de precariedade de recursos sociais e econômicos para a sobrevivência, a maioria dos jovens não apresenta comportamento violento, transgressor ou criminoso. Identifica-se, porém, que há distinção socioeconômica e atitudinal entre essa maioria e a minoria que se envolve em gangues.

Os dados apresentados por Abramovay permitem verificar a distribuição dos tipos de atos infracionais praticados por adolescentes em Brasília em números absolutos e relativos. Verifica-se um índice bastante elevado de homicídios se comparado com o que a literatura a respeito registra, figurando em segundo lugar na tabela em termos relativos, com 22,4 % das ocorrências registradas. Porém, se levarmos em consideração os atos contra o patrimônio, ou seja, furto e roubo, temos o furto em primeiro lugar, com 49%, ou seja, praticamente a metade dos atos levantados, e o roubo em terceiro com 12,2%. Somados os dois, furto e roubo, tem-se 61,2%. Embora a taxa de homicídio destoe do que os outros estudos que envolvem adolescentes apresentam de dados, que em sua maioria os atos contra o patrimônio, furto e roubo, figuram isoladamente nas duas primeiras posições, ainda assim, no caso de Brasília, somados apresentam-se como a maioria absoluta dos atos praticados.

**Tabela 1: Crianças e adolescentes segundo ato infracional e situação legal. Brasília. 1998**

Ato Infracional	Situação legal		Total	
	Sentenciados	Provisórios	N	%
Furto	42,7	59,7	96	49
Homicídio	29,8	9,7	44	22,4
Roubo	13,7	9,7	24	12,2
Tráfico de Drogas	3,2	4,2	7	3,6
Estupro seguido de roubo	2,4	0	3	1,5



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

Porte de Drogas	2,4	0	3	1,5
Porte Ilegal de Arma	1,6	5,6	6	3,1
Outros	1,6	4,2	5	2,6
Estupro	0,8	1,4	2	1
Estupro seguido de homicídio	0,8	0	1	0,5
Lesão Corporal	0,8	5,6	5	2,6
Total	100,0	100,0	196	100,0

Fonte: Fundação de Serviço Social do Distrito Federal, 1998. (*apud* ABRAMOVAY, 2002, pág. 169)

Outros estudos sobre a criminalidade de adolescentes podem ser utilizados para título de comparação com a situação específica em tela neste trabalho. Em um levantamento de dados com foco no município de São Paulo, Adorno *et al.* (1999), dão um panorama dos tipos e quantidade de atos infracionais praticados por adolescentes entre 1988-91 e 1993-96. Constatou-se que as infrações contra o patrimônio – furtos, roubos etc. – representam praticamente a metade das ocorrências. Aparece baixa taxa de homicídios (1,3% no segundo período) e um número não muito elevado de uso e porte de drogas, não chegando à taxa de 4%. Um destaque é para a taxa de agressões de 11,7% no segundo período. Os autores afirmam que esses dados refletem uma realidade também observada em outros países, como os Estados Unidos, França e Inglaterra, ou seja, nesses países também as infrações praticadas por adolescentes contra o patrimônio predominam.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

**Tabela 2: Distribuição das ocorrências policiais que envolvem adolescentes infratores, segundo a natureza da infração. Município de São Paulo 1988-91 e 1993-96(1)**

Natureza	Ocorrências policiais	
	1988-91	1993-96
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
<b>Contra a pessoa</b>		
Homicídio	...	1,30
Tentativa de Homicídios	...	0,60
Sequestro	0,10	0,00
Lesão Corporal (agressão)	6,80	11,70
<b>Contra o Patrimônio</b>		
Furto	23,00	18,40
Tentativa de furto	6,90	7,60
Roubo	15,60	19,00
Roubo seguido de morte (latrocínio)	0,30	0,50
Tentativa de roubo	2,30	4,20
Estelionato/ Tentativa	1,40	1,40
<b>Contra a Paz Pública</b>		
Membro de Quadrilha ou Gangues	0,20	0,20
<b>Contra a Incolumidade Pública</b>		
Uso de Drogas	...	0,70
Porte de Drogas	...	3,60
Tráfico de Drogas	0,70	2,90
<b>Contra os Costumes</b>		
Estupro/Tentativa	0,60	0,70
Atentado Violento ao Pudor	...	1,00
Outros Atos Sexuais	...	0,50
<b>Outras Ocorrências</b>		
Porte de Armas	6,90	4,40
Dirigir sem Carteira de Habilitação	9,40	6,50
Diversos	17,80	14,80

Fonte: Poder Judiciário/ Varas Especiais da Infância e da Juventude da Capital; Convênio Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – SEADE/ Núcleo de Estudos da Violência – NEV/USP.

(1) Refere-se ao número total de passagens dos adolescentes infratores pelo Sistema Judiciário, nos períodos (*apud* ADORNO *et al.*, 1999, p. 68)

Mesmo havendo poucos estudos e dados sobre as infrações de adolescentes no Brasil, há dois estudos destacados por Adorno *et al.* (1999) que permitem ter uma



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

noção um pouco mais clara sobre a questão. Segundo estudo realizado no Rio de Janeiro por Assis (1997 *apud* Adorno *et al.* 1999, p. 68), houve aumento de 25% das infrações violentas que passam de 2.675 ocorrências, em 1991, para 3.318, em 1996. Houve redução das infrações contra o patrimônio e aumento do envolvimento dos adolescentes com as drogas: cerca de 70% tem alguma relação com o tráfico. A taxa de homicídios foi da ordem de 1,3% do total de infrações.

Em outro estudo citado Silva (1998 *apud* Adorno *et al.* 1999, p. 68), na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, no período de 1974-96, verificou-se que as infrações contra o patrimônio foram da ordem de 28,09% em 1974 e 51,16% em 1996. Embora o furto tenha aumentado, em termos relativos apresentou redução de 31,84% em 1974 para 20,09% em 1996. Em termos absolutos houve aumento também de roubo e extorsão; uso e porte de drogas; tráfico de drogas; lesão corporal culposa.

Um panorama mais amplo sobre a tipificação dos atos infracionais praticados por adolescentes no Brasil pode ser obtido a partir de Volpi (2008) que fez um levantamento entre outubro de 1995 e abril de 1996 nas unidades de internação existentes em vinte e seis Estados da federação e no Distrito Federal. Nessas unidades, de um total de 4.245<sup>1</sup> adolescentes internados no período, 33,3% por roubo; 23,75% por furto; 13,3 % por homicídio; 5,3% por latrocínio; 3,9 % por tráfico de drogas; 2,9% por estupro. Percebe-se que os atos infracionais praticados contra o patrimônio correspondem à maioria, ou seja, 57,05%.

### **Perfil dos atendimentos ao adolescente no município de São Carlos Os registros no período 1984-1996**

O levantamento de dados realizado no NAI para a presente pesquisa engloba o período de 2002 a 2008. Tomou-se a decisão de desconsiderar os dados referentes ao ano de 2001, quando o NAI foi implantado por duas razões: primeiro devido ao fato de não se ter dados do ano todo pois o NAI inicia suas atividades em março de 2001; segundo, mesmo após sua implantação, pela observação dos dados referentes aos meses imediatos a março de 2001, verificou-se uma forte discrepância negativa em números de atendimentos em se comparando os mesmos meses dos anos subseqüentes, o que

---

<sup>1</sup>Os dados não correspondem a todos os adolescentes que poderiam estar sob a tutela do Estado no período pois as informações foram fornecidas pelas próprias instituições.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

prejudicaria a comparação. Como os dados do período de 2002 a 2008 mostravam-se suficientes para comparações e análises entende-se que a exclusão do primeiro ano de funcionamento do NAI não prejudicará a pesquisa.

Além dos dados coletados no NAI utilizar-se-ão os dados de estudo precedente realizado por EL-KHATIB (2001) que realizou levantamento dos registros de atendimentos no cartório da infância e juventude ocorridos no município de São Carlos no período de 1984 a 1996. Embora ocorra um intervalo de tempo entre o ano final da pesquisa, 1996, e o marco de início da presente pesquisa, 2002, será possível, a título de comparação, avaliar a conjuntura quantitativa e o tipo de atos infracionais praticados antes da implantação do NAI.

Segundo os dados da pesquisa de El-Khatib (2001) apresentados na tabela 3 pode-se observar que o número de registros cresce no período de 1984 a 1996, partindo de 209 no primeiro ano chegando até 764 no último, o pico ocorre no ano de 1992 com 889 registros.

**Tabela 3: Frequência de casos de crianças e adolescentes registrados no cartório da infância e juventude, por grupo etário e sexo. Comarca de São Carlos, SP. 1984 a 1996 (adaptada)**

Ano	Número de registros				Total
	Idade				
	< 1-11		12-17		
Masc.	Fem	Masc.	Fem		
1984	13	2	166	28	209
1985	15	3	267	52	337
1986	17	7	310	66	400
1987	14	5	306	52	377
1988	32	9	323	58	422
1989	35	13	485	80	613
1990	46	9	544	99	698
1991	42	8	534	73	657
1992	57	7	711	114	889
1993	39	7	607	91	744
1994	44	6	542	116	708
1995	43	17	584	118	762
1996	20	-	653	91	764

Fonte: (EL-KHATIB, 2001, p. 55)

Embora haja um crescimento significativo do número de registros no período observado na tabela 3, se os números forem comparados com a população total de crianças e jovens residentes no município de São Carlos no período, pode-se observar, em termos relativos, que os atendimentos registrados representam um índice



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

razoavelmente baixo. Se não for levado em consideração que um mesmo adolescente pode ser sujeito de mais de um atendimento, pode-se ter a situação limite expressa nas tabelas 2 e 3 na qual se verifica que a porcentagem de atendimentos registrados em relação ao total da população na faixa de 0 a 19 anos é da seguinte ordem: 0,39% em 1984, 0,62% em 1985, 0,72% em 1986, 0,74% em 1988, 1,06% em 1989, 1,19 % em 1990, 1,10%, em 1991, 1,47% em 1992, 1,22% em 1993, 1,15% em 1994, 1,22% em 1995 e 1,21% em 1992.

Porém, esses dados são limites uma vez que um mesmo adolescente certamente pode ter sido atendido mais de uma vez no período em questão. Ou seja, o número de adolescentes que foram atendidos é menor que os números dos registros mostrados por se tratar do total de atendimentos registrados e não do total de adolescentes e não se dispôr dos dados sobre o número total de adolescentes mas sim dos atendimentos.

Mesmo constatando-se que houve crescimento absoluto e relativo dos atendimentos no período demonstrado nas tabelas, ainda é pequeno se comparado ao montante total da população infantil e adolescente do município.

Relacionando os dados da tabela 3 com os da tabela 4 é possível identificar a proporção de crianças e jovens que foram atendidos pelo cartório da infância e juventude em relação à população total de crianças e adolescentes existentes no município de São Carlos no período de 1984 a 1986. A tabela 4 inicia-se em 1980 e termina em 2000 para que fique mais clara a percepção tanto de que a população absoluta de crianças e adolescentes cresceu ao longo do período, quanto que a população relativa de crianças e adolescentes declinou.

**Tabela 4: População absoluta total e de 0 a 19 anos; frequência de casos de crianças e adolescentes registrados no cartório da infância e juventude do município de São Carlos-SP. 1980–2000**

População	Anos										
	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990
<b>Total</b>	<b>119.01</b>	<b>122.221</b>	<b>125.490</b>	<b>128.818</b>	<b>132.207</b>	<b>135.655</b>	<b>139.162</b>	<b>142.727</b>	<b>146.349</b>	<b>150.027</b>	<b>153.762</b>
0-4 anos	13.466	13.509	13.543	13.573	13.602	13.621	13.633	13.640	13.640	13.637	13.625
5-9 anos	12.274	12.554	12.835	13.115	13.398	13.680	13.963	14.244	14.526	14.806	15.085
10-14 anos	11.595	11.969	12.352	12.741	13.136	13.538	13.947	14.362	14.782	15.207	15.638
15-19 anos	12.829	13.009	13.186	13.359	13.529	13.696	13.857	14.016	14.171	14.320	14.464
<b>Pop 0-19</b>	<b>50.164</b>	<b>51.041</b>	<b>51.916</b>	<b>52.788</b>	<b>53.665</b>	<b>54.535</b>	<b>55.400</b>	<b>56.262</b>	<b>57.119</b>	<b>57.970</b>	<b>58.812</b>



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

Pop 0-19/ total %	42,15	41,76	41,37	40,98	40,59	40,20	39,81	39,42	39,03	38,64	38,25
<b>Registros</b>					209	337	400	377	422	613	698
Registros/ pop 0-19 %					0,39	0,62	0,72	0,67	0,74	1,06	1,19

Fonte: Fundação SEADE-SP

**Tabela 4 (continuação) População absoluta total e de 0 a 19 anos; frequência de casos de crianças e adolescentes registrados no cartório da infância e juventude do município de São Carlos-SP. 1980–2000**

	Anos									
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
<b>Pop. total</b>	<b>157.549</b>	<b>161.549</b>	<b>165.465</b>	<b>169.377</b>	<b>173.324</b>	<b>177.222</b>	<b>181.044</b>	<b>184.942</b>	<b>188.845</b>	<b>192.639</b>
<b>Pop. f. etária</b>										
0-4	13.609	13.761	13.897	14.023	14.143	14.249	14.339	14.427	14.507	14.569
5-9	15.360	15.394	15.406	15.408	15.401	15.378	15.339	15.294	15.241	15.170
10-14	16.071	16.189	16.286	16.370	16.445	16.506	16.548	16.585	16.612	16.619
15-19	14.604	15.041	15.471	15.900	16.334	16.761	17.180	17.607	18.030	18.442
<b>Pop 0-19</b>	<b>59.644</b>	<b>60.385</b>	<b>61.060</b>	<b>61.701</b>	<b>62.323</b>	<b>62.894</b>	<b>63.406</b>	<b>63.913</b>	<b>64.390</b>	<b>64.800</b>
Pop 0-19/total	37,86	37,38	36,90	36,43	35,96	35,49	35,02	34,56	34,10	33,64
<b>Atendimentos</b>										
<b>Registros.</b>	657	889	744	708	762	764				
Registros./	1,10	1,47	1,22	1,15	1,22	1,21				

Fonte: Fundação SEADE-SP

Há de se ponderar ainda que a população de 0 a 19 anos passou de 53.665 em 1984 para 62.894 em 1996, porém, em relação à população total do município declinou de 40,59% para 35,49%, como resultado da queda da taxa de natalidade no período.

Os dados constantes na tabela 5 permitem observar os tipos de atos infracionais praticados no município de São Carlos em três anos selecionados por El-Khatib (2001) que são 1986, 1991 e 1996. Pode-se perceber os que apresentam as maiores incidências que são os atos infracionais contra o patrimônio, ou seja, furto; contra a pessoa, ou seja, agressão; direção de veículo e droga. Em 1986, tem-se 103 furtos ou 24,8% do total; 47 agressões ou 11,3%; 105 direções de veículo ou 25,2% e 37 envolvimento com droga ou 8,9 %. Isso representa 70,2% de todos os atos praticados



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

nesse ano. Isso representa 70,2% de todos os atos praticados neste ano. Em 1991 tem-se 160 furtos ou 23,5%; 96 agressões ou 14,1%; 151 direções de veículo ou 22,2% e 20 envolvimento com droga ou 2,9%. Isso representa 62,7% de todos os atos praticados neste ano. Em 1996 tem-se 261 furtos ou 33,1%; 127 agressões ou 16,1%; 115 direções de veículo ou 14,6% e 51 envolvimento com droga ou 6,5%. O que corresponde a 70,3% de todos os atos praticados neste ano.

**Tabela 5: Frequência dos casos ditos infracionais segundo a natureza da infração. São Carlos-SP. 1986/1991/1996 (adaptada)**

Natureza	1986		1991		1996	
	Absoluto	Relativo	Absoluto	Relativo	Absoluto	Relativo
Direção de veículo	105	25,2	151	22,2	115	14,6
Furto	103	24,8	160	23,5	261	33,1
Agressão	47	11,3	96	14,1	127	16,1
Droga	37	8,9	20	2,9	51	6,5
Danos	27	6,5	39	5,7	39	4,9
Promovendo	23	5,5	49	7,2	47	6
Não infracional	18	4,3	8	1,2	-	-
Arma	13	3,1	21	3,1	25	3,1
Sexualidade	11	2,6	19	2,8	14	1,8
Estelionato	10	2,4	4	0,6	9	1,1
Outros mal definidos	7	1,7	39	5,7	19	2,4
Álcool	5	1,2	8	1,2	5	0,6
Roubo	3	0,7	9	1,3	29	3,7
Receptação	2	0,5	-	-	2	0,2
Homicídio	2	0,5	3	0,4	9	1,1
Ofensas	2	0,5	6	0,9	6	0,8
Furto de casa	-	-	11	1,6	4	0,5
Desentendimentos	-	-	4	0,6	1	0,1
Rua	-	-	10	1,5	-	-
<b>Total</b>	<b>417</b>	<b>100,0</b>	<b>680</b>	<b>100,0</b>	<b>788</b>	<b>100,0</b>

Fonte: (EL-KHATIB, 2001, pág. 64)

Essa realidade constatada na tabela anterior corresponde ao observado nas outras pesquisas analisadas anteriormente. Verifica-se uma incidência baixa de atos infracionais graves contra a pessoa, como homicídio, por exemplo. Porém, observa-se uma taxa relativamente baixa de envolvimento com drogas.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

## Os atendimentos no período 2002-2008

Para a presente pesquisa realizou-se a coleta de dados secundários disponíveis no Núcleo de Atendimento Integrado – NAI de São Carlos que se referem ao total de atendimentos realizados desde o início das operações, em março de 2001 até dezembro de 2008. Para efeito de sistematização e análise comparativo dos dados foi feito o recorte do período compreendido entre 2002 a 2008 devido ao fato de que o ano de 2001 não possui registros desde o seu início uma vez que os atendimentos começaram a ser realizados em março e nos meses iniciais de funcionamento ainda se verifica um índice baixo de registros, que indicam não corresponder ao total de atos infracionais ocorridos no município.

**Tabela 6: Atendimentos realizados pelo NAI. São Carlos–SP.  
2002–2008**

ANO	Atendimentos		
	N	% do total	%(1)
2002	1132	15,99	100,00
2003	1138	16,08	100,53
2004	1092	15,43	96,47
2005	1088	15,37	96,11
2006	1038	14,67	91,70
2007	914	12,91	80,74
2008	673	9,51	59,45
Sem inf.	3	0,04	–
<b>Total</b>	<b>7078</b>	<b>100,00</b>	–

Fonte Dados organizados pelo autor a partir dos coletados no NAI. (1) Base: ano 2002.

Pela tabela 6 pode-se observar que entre 2002 e 2008 houve uma ligeira queda dos números absolutos e relativos de atendimentos registrados no NAI. Parte-se de 1132 atendimentos no ano de 2002 para 673 no ano de 2008 sendo que o pico deu-se no ano de 2003 com 1138 atendimentos. Fazendo-se um comparativo entre os dados da tabela 5 e os da tabela 3 verifica-se que o número de atendimentos registrado em 2008, o menor na série histórica em análise, foi 3,23 vezes maior que o verificado no ano de 1984, ou seja, em 2008 foram 673 atendimentos contra 209 registros em 1984, quando se tem registrado o menor número da série tal como mostrado na tabela 3. Porém, levando-se em consideração os dados observados em 1992 com 889 registros, o pico na série histórica, percebe-se que no ano de 2008 tem-se quase 25% atendimentos a menos.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

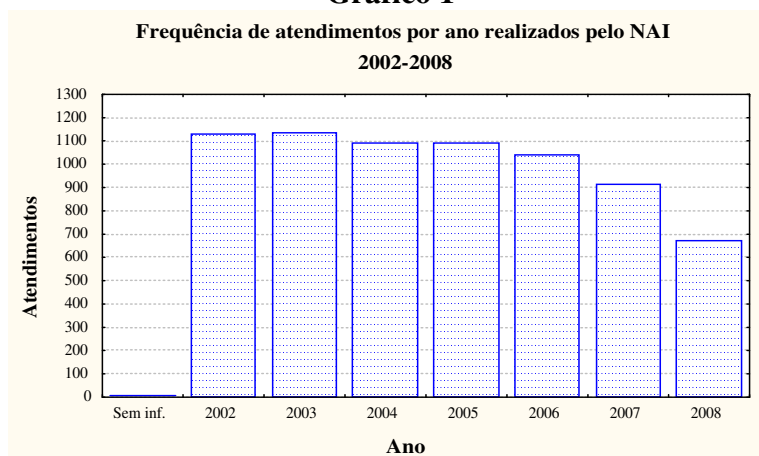
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

Verifica-se que o número de atendimentos ocorridos em 2008 é inferior aos registrados no período de 1990 a 1996, com exceção dos registrados em 1991. Ou seja, em 2008 o número de atendimentos corresponde a quase totalidade registrada dezenove anos antes.

O gráfico 1 dá um panorama da situação expressa na tabela 6.

**Gráfico 1**



Como os dados de 2008 não podem ser observados isoladamente, mas em comparação com a série histórica em estudo, o que se pode afirmar é que nos dois primeiros anos integrais de operação do NAI, 2002 e 2003, praticamente tem-se o mesmo número de atendimentos, 1132 e 1138 respectivamente. Mesmo a ligeira ascensão em seis atos infracionais de um ano para outro não representa algo tão significativo. Porém, a partir do pico de 2003, o que se verifica é uma redução considerável e gradativa do número de atendimentos. Em 2008 ocorreram quase 40% atendimentos a menos que em 2003.

**Tabela 7: População absoluta total e de 0 a 19 anos; frequência de atendimentos realizados no NAI. 2002–2008**

População	Anos							
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
<b>Pop. total</b>	<b>196.525</b>	<b>200.488</b>	<b>204.532</b>	<b>208.658</b>	<b>212.867</b>	<b>216.266</b>	<b>219.718</b>	<b>223.226</b>
<b>Pop. f. etária</b>								
0-4	14.676	14.777	14.875	14.967	15.055	15.068	15.076	15.078
5-9	15.171	15.167	15.158	15.143	15.122	15.216	15.304	15.388
10-14	16.507	16.391	16.268	16.142	16.009	15.979	15.942	15.899
15-19	18.330	18.213	18.091	17.962	17.828	17.646	17.458	17.267
<b>Pop 0-19</b>	<b>64.684</b>	<b>64.548</b>	<b>64.392</b>	<b>64.214</b>	<b>64.014</b>	<b>63.909</b>	<b>63.780</b>	<b>63.632</b>
Pop 0-19/total %	32,91	32,20	31,48	30,77	30,07	29,55	29,03	28,51
<b>Atendimentos</b>		1.132	1.138	1.092	1.088	1.038	914	673
Registros./		1,75	1,77	1,70	1,70	1,62	1,43	1,06

Fonte: Fundação SEADE/SP



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

Os dados apresentados na tabela 7 permitem que se apreciem os atendimentos ocorridos no período de 2002 a 2008 relativas à população de zero a dezenove anos residente no município de São Carlos. Pode-se verificar que há decréscimo da população referida nesse intervalo de tempo, de 64.548 indivíduos para 63.632, contudo, a redução de atendimentos foi mais intensa que o decréscimo populacional. Enquanto a queda de atendimentos foi de quase 40% a queda da população de 0 a 19 anos foi em torno de 1,4%. Isso fez com que aquela relação caia significativamente: de 1,75 – isto é, 1,75 atendimentos por 100 pessoas de 0 a 19 anos – para 1,06 – isto é, 1,06 atendimentos para cada 100 pessoas de 0 a 19 anos.

A questão que se levanta a partir dessa observação é se essa redução do número de atendimentos está relacionada com a implantação do NAI e das medidas sócio-educativas ao longo do período em tela. Essa é uma questão que será explorada na pesquisa qualitativa realizada com os adolescentes atendidos pelo NAI.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

**Tabela 8: Frequência e tipo dos atendimentos realizados pelo NAI. São Carlos-SP.  
2002 a 2008**

Código	Atendimentos								
	Sem inf.	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	Total
16	0	221	280	295	290	217	167	139	1609
33	0	329	254	292	206	193	56	34	1364
34	0	156	122	103	103	161	65	4	714
23	0	62	70	75	98	106	161	66	638
21	0	75	90	65	90	56	50	41	467
9	0	31	37	31	57	88	106	109	459
29	1	20	42	33	36	66	112	97	407
7	0	76	30	40	33	13	21	36	249
27	0	25	41	16	44	35	40	22	223
10	0	35	26	23	21	14	41	43	203
2	0	15	46	27	19	36	27	21	191
30	0	9	33	24	21	4	12	11	114
22	0	13	18	15	19	13	0	7	85
8	0	9	1	2	6	6	13	12	49
26	0	12	7	18	4	0	0	3	44
4	0	4	7	6	8	1	13	4	43
6	0	0	6	3	5	14	3	1	32
11	0	1	1	2	8	5	4	3	24
17	0	3	3	6	5	0	6	1	24
22b	0	5	3	3	6	3	4	0	24
24	0	1	3	0	1	6	7	3	21
36	0	9	5	3	1	0	0	0	18
5	0	2	1	3	3	0	2	4	15
Sem inf.	2	1	5	1	0	0	2	0	11
35	0	7	0	1	1	0	0	0	9
31	0	2	1	3	0	1	0	1	8
12	0	2	1	0	1	0	0	2	6
28	0	2	2	0	0	0	0	0	4
32	0	0	2	0	2	0	0	0	4
13	0	0	1	2	0	0	0	0	3
14	0	0	0	0	0	0	2	1	3
15	0	0	0	0	0	0	0	3	3
18	0	0	0	0	0	0	0	3	3
3	0	0	0	0	0	0	0	2	2
19	0	1	0	0	0	0	0	0	1
20	0	1	0	0	0	0	0	0	1
25	0	1	0	0	0	0	0	0	1
39	0	1	0	0	0	0	0	0	1
52	0	1	0	0	0	0	0	0	1
<b>TOTAL</b>	<b>3</b>	<b>1132</b>	<b>1138</b>	<b>1092</b>	<b>1088</b>	<b>1038</b>	<b>914</b>	<b>673</b>	<b>7078</b>

Fonte: Dados organizados pelo autor a partir dos coletados no NAI

Código de classificação dos atendimentos realizados pelo NAI		
01- aborto	14- falsidade ideológica	26- roubo qualificado
02- ameaça	15- formação de bando ou quadrilha	27- roubo simples
03- apropriação indébita	16- furto	28- sequestro ou cárcere privado
04- atentado violento ao pudor	17- homicídio culposo	29- tráfico de drogas
05- ato obsceno	18- homicídio doloso	30- vias de fato
06- calúnia / difamação e injúria	19- infanticídio	31- violação de domicílio
07- dano	20- latrocínio	32- uso de documentos falso
08- desacato	21- lesão corporal	33- outros
09- descumprimento de medida judicial	22- porte de arma de fogo	34- averiguação/suspeito
10- dirigir sem habilitação	22b- porte de arma branca	35- busca e apreensão



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

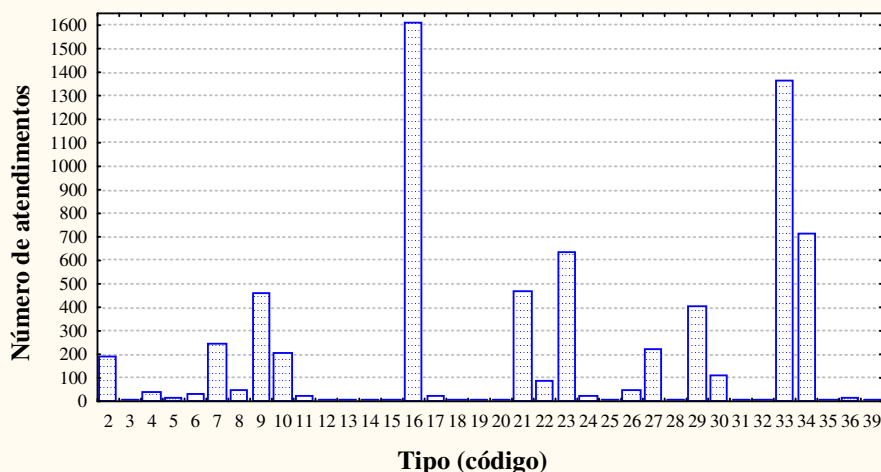
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

11- estelionato e outras fraudes	23- porte ou uso de drogas	36- arma de brinquedo
12- estupro	24- receptação	
13- extorsão	25- rixa	

**Gráfico 2**

**Frequência e tipo dos atendimentos realizados pelo NAI  
2002 - 2008**



A análise da tabela 08 permite especificar os principais tipos de atendimentos registrados no período selecionado. Nem todos os atendimentos são fruto de atos infracionais. Em primeiro lugar está o furto (número 16) com um total de 1069 ocorrências de um total de 7078. Em segundo lugar outros (número 33) com 1364 ocorrências. Há de se ressaltar que os registros da categoria outros diminuem com o passar do tempo devido ao fato de que no início das atividades do NAI havia na cidade crianças e adolescentes dispersas pela rua, em cruzamentos, em frente a estabelecimentos comerciais abordando os transeuntes para solicitar auxílio. Esses eram recolhidos e encaminhados ao NAI. Como não estavam realizando nada de ilegal e, portanto, não estavam cometendo atos infracionais, classificava-se o atendimento na categoria outros. Além disso, era frequente a patrulha policial nas portas das escolas dispersando as crianças e adolescentes para coibir brigas, porém, eventualmente, caso a ordem de dispersão não fosse atendida, encaminhava-se ao NAI os que não haviam atendido a ordem. Também nesse caso não se podia classificar o motivo do atendimento no NAI como um ato infracional, por isso era classificado como outros. Porém, com o passar do tempo, a frequência de crianças e adolescentes nas ruas, como descrito anteriormente, diminuiu, possivelmente como efeito das ações de encaminhá-los ao



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

NAI. A terceira categoria que é averiguação/suspeito (número 34) apresenta 714 ocorrências. A quarta categoria, porte ou uso de drogas (número 23) compreende 638 ocorrências. A quinta categoria, lesão corporal, (número 21) corresponde a 467 registros. Na sexta posição figura o descumprimento de medida judicial (número 9) atingindo 459 casos. O tráfico de drogas (número 29) compreende 407 registros e situa-se na sétima posição. O oitavo lugar é ocupado pelo ato infracional dano (número 07) representando 249 registros. Em novo lugar está roubo simples (número 27) com 223 ocorrências. A décima categoria, dirigir sem habilitação (número 10) aparece com 203 registros.

### Conclusões

Os dados quantitativos confirmam o que a literatura apresenta, há uma grande ocorrência de ações infracionais praticadas por adolescentes contra o patrimônio e poucas contra a pessoa.

### Referências

ABRAMOVAY, Miriam *et al.* **Gangues, galeras, chegados e rappers: juventude , violência e cidadania nas cidades da periferia de Brasília.** Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

ADORNO, Sérgio *et al.* Adolescente e as mudanças na criminalidade urbana. *In: São Paulo em perspectiva*, 13(4) 1999.

ASSIS, S. G. de. Situación de la violencia juvenil en Rio de Janeiro. *In: Taller sobre la violencia de los adolescentes y las pandillas [maras] juveniles.* Auspiciado por Oficina Panamericana de la Salud (OPS/OMS). San Salvador, El Salvador, 7-9 mayo 1997.

EL-KHATIB, Umaia. **Crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social: que problema é esse?.** Tese de doutorado. Departamento de Saúde Materno-infantil, Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, 2001.

ESPÍNDULA, Daniel Henrique Pereira & SANTOS, Maria de Fátima de Souza. Representações sobre a adolescência a partir da ótica dos educadores sociais de adolescentes em conflito com a lei.. *In: Psicologia em Estudo.* Maringá, v. 9, n. 3, p. 357-367, set./dez. 2004

SILVA, A.P.S. **O jovem no conflito com a lei na cidade de Ribeirão Preto (SP): 1986-1996.** Dissertação de Mestrado. Ribeirão Preto, FFCL/USP, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, 1998.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

VOLPI, Mario (org). **O adolescente e o ato infracional**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2008.